

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL
PROPOSTA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

DOCUMENTO DE ENFOQUE

10 de outubro de 2012

Este documento é uma tradução das *Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial Proposta de Revisão e Atualização: Documento de Enfoque*, data 10 de outubro, 2012, que é fornecido como um serviço aos partidos interessados. Se o texto desta tradução é inconsistente com o documento oficial original em inglês, o documento oficial original em inglês governará.

ABREVIATURAS E SIGLAS

BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
BP	<i>Bank Procedures</i> – Procedimentos do Banco
CODE	<i>Committee on Development Effectiveness</i> – Comitê sobre Eficácia do Desenvolvimento
DPL	<i>Development Policy Loan</i> – Empréstimo para Políticas do Desenvolvimento
EXT	<i>External Affairs</i> – Assuntos Externos
IEG	<i>Independent Evaluation Group</i> – Grupo Independente de Avaliação
IFC	<i>International Finance Corporation</i> – Corporação Financeira Internacional
LEG	<i>Legal Department</i> – Departamento Jurídico
MIGA	<i>Multilateral Investment Guarantee Agency</i> – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OD	<i>Operational Directive</i> – Diretriz Operacional
OMS	<i>Operational Manual Statement</i> – Exposição do Manual de Operações
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	<i>Operational Policy</i> – Política de Operações
OPCS	<i>Operations Policy and Country Services</i> – Política de Operações e Serviços aos Países
OPN	<i>Operational Policy Note</i> – Nota sobre a Política Operacional
OPSOR	<i>Operations Risk Management Department</i> – Departamento de Gestão de Riscos Operacionais
PforR	<i>Program for Results</i> – Programa Para Resultados
SDN	<i>Sustainable Development Network</i> – Rede de Desenvolvimento Sustentável
UCS	<i>Use of Country Systems</i> – Uso de Sistemas Nacionais

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL
PROPOSTA DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO
DOCUMENTO DE ENFOQUE

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
I. Antecedentes	5
II. Justificativa para a Revisão e Atualização	8
III. Objetivos da Revisão e Atualização	10
IV. Âmbito da Revisão e Atualização	13
V. Ações Complementares da Direção : Fortalecimento da Implementação, Supervisão, Monitoramento e Prestação de Contas.....	15
VI. O Processo de Revisão e Atualização e a Consulta	16
VII. Pessoal e Gestão.....	19
VIII. Os Passos Seguintes	19

Documento de Enfoque para a Revisão e Atualização das Políticas de Salvaguarda

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. *Finalidade deste documento.*** Com este Documento de Enfoque, o Banco Mundial dá início a um processo de dois anos para revisar e atualizar suas atuais políticas de salvaguarda ambiental e social. As políticas de salvaguarda contribuem para a sustentabilidade e eficácia do desenvolvimento em projetos e programas do Banco, ajudando a evitar ou atenuar danos às pessoas e ao meio ambiente. Esta revisão e atualização alinharão melhor as políticas com as necessidades e aspirações variáveis dos países, o contexto externo e os negócios do Banco. O documento resume a evolução das políticas de salvaguarda, explica o enfoque, as razões e os objetivos da revisão e atualização, bem como delinea os parâmetros do processo.
- 2. *Justificativas para a revisão.*** São muitas as razões para a realização desta revisão e atualização das políticas de salvaguarda, entre elas: a variação do perfil dos países mutuários; o aumento da conscientização sobre o valor e vulnerabilidade dos bens globais comuns; mudanças nas operações do Banco; o crescente papel do setor privado; e a avaliação externa das políticas de salvaguarda realizada em 2010. O Banco reconhece a confluência de fatores internos e externos em virtude dos quais é oportuno revisar e atualizar as políticas de salvaguarda. O Banco está empenhado em promover, junto a seus mutuários, parceiros, instituições cooperantes, cidadãos, o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável como um bem público global.
- 3. *Políticas básicas a revisar.*** As políticas básicas a serem revisadas são as oito políticas de salvaguardas sociais e ambientais – OP 4.01, Avaliação Ambiental; OP 4.04, Habitats Naturais; OP 4.09, Controle de Pragas; OP 4.10, Povos Indígenas; OP 4.11, Recursos Culturais Físicos; OP 4.12, Reassentamento Involuntário; OP 4.36, Florestas; OP 4.37, Segurança de Represas – bem como a Política sobre o Uso-Piloto de Sistemas Nacionais de Salvaguardas Sociais e Ambientais dos Mutuários (“Uso de Sistemas Nacionais”), OP 4.00.
- 4. *Com vistas a uma nova política integrada.*** Prevê-se que o processo de revisão e atualização resulte em uma nova política integrada que toma por base os princípios básicos atuais das políticas de salvaguarda e poderá incluir diversos componentes, tais como princípios, políticas, procedimentos e orientação. A política integrada proposta destina-se a aprimorar o alinhamento das políticas com as mudanças internas e externas, bem como oferecer uma base sólida para a renovação e reforço da parceria com os mutuários do Banco, levando a uma maior eficácia no desenvolvimento.
- 5. *Oportunidades e riscos.*** A revisão e atualização oferece ao Banco a oportunidade de ampliar a maneira em que ele poderá: (i) apresentar melhores resultados socioambientais; (ii) fortalecer os sistemas nacionais e instituições dos países; e (iii) melhorar a cobertura dos riscos ambientais e sociais. A Direção do Banco reconhece que as políticas de salvaguarda do

Banco Mundial se converteram num padrão global para outros parceiros no desenvolvimento. Não obstante o objetivo de fortalecer a eficácia das salvaguardas existe o risco de que alguns possam interpretar qualquer alteração no texto atual das políticas de salvaguarda como um enfraquecimento das exigências atuais. Haverá um grande empenho em atingir o ponto certo de equilíbrio entre demandas, necessidades e aspirações por vezes em conflito, porque um processo de revisão e atualização bem sucedido tem o potencial de gerar múltiplos benefícios para o Banco, seus acionistas e partes interessadas internas e externas.

6. ***Renovação da parceria com os mutuários.*** Adaptando-se às necessidades variáveis de seus mutuários, o Banco procurará renovar através deste processo a sua parceria com eles, baseados num compromisso comum para garantir resultados social e ambientalmente sustentáveis dos projetos e programas, e tendo maior clareza no tocante às responsabilidades de cada parceiro. A próxima geração das políticas de salvaguarda apoiará essa parceria, reafirmando ao mesmo tempo os princípios e objetivos básicos das políticas estabelecidos nas duas últimas décadas.

7. ***Processo de consulta amplo, includente e transparente.*** O Banco realizará este processo de uma forma consultiva e com a devida atenção e abrangência necessárias para um exercício de tal importância e com potencial de impacto de longo alcance. O processo de 24 meses será realizado em três etapas, cada uma das quais incluirá um processo de consulta a múltiplos atores interessados, buscando obter informações e opiniões da maneira mais ampla, includente e transparente possível.

I. ANTECEDENTES

8. ***Evolução das políticas de salvaguarda.*** As políticas de salvaguardas do Banco Mundial representam valores básicos da instituição. Essas políticas são a pedra angular dos esforços do Banco para proteger as pessoas e o meio ambiente, e para garantir resultados de desenvolvimento sustentável. Eles têm servido o Banco, aos países clientes, e a comunidade de desenvolvimento durante mais de duas décadas. O Banco está agora revisando e atualizando essas políticas cruciais para melhor atender às necessidades variadas dos países mutuários e atender a novas demandas e desafios do desenvolvimento. O Banco espera que este processo de revisão e atualização resulte na geração de políticas de salvaguarda que podem ajudar o Banco apoiar resultados mensuráveis voltados para "fazer o bem", além de manter os princípios de "não causar danos" das políticas atuais de salvaguardas.

9. Uma preocupação básica do Banco Mundial durante as últimas décadas foi a maneira de avaliar e gerir efetivamente os impactos sociais e ambientais dos projetos que financia, e muitas de suas políticas e procedimentos operacionais refletem isso. Desde a década de 1970, o Banco aumentou constantemente a atenção dada a oportunidades e riscos sociais e ambientais associados com o processo de desenvolvimento. Em 1984, o Banco publicou a Declaração do Manual Operacional sobre os Aspectos Ambientais do Trabalho do Banco Mundial, que delineava as políticas e procedimentos do Banco com relação a projetos, assistência técnica e

outros aspectos de seu trabalho que pudessem ter consequências ambientais. A palavra “ambiental” tinha uma interpretação ampla, incluindo condições tanto naturais como sociais, bem como o bem-estar das gerações presente e futuras.

10. Após a grande reorganização do Banco em 1987, as Declarações do Manual Operacional (OMS) foram pouco a pouco substituídas pelas Diretrizes Operacionais (OD), frequentemente incorporando políticas antes estabelecidas na OMS¹ e, em outros casos, estabelecendo uma nova política. A Avaliação Ambiental foi inicialmente abordada no Anexo A da OD 4.00,² tendo sido mais tarde substituída pela Diretriz Operacional 4.01 sobre Avaliação Ambiental. Questões relacionadas com a abrangência das OD e o desejo por parte da direção do Banco de agilizar e esclarecer as práticas e métodos de prestação de contas levaram em 1992 à decisão de gradativamente substituir as ODs pelas Políticas e Procedimentos Operacionais do Banco, cujo conteúdo criava obrigações para o quadro de pessoal.

11. Em 1997, o Banco Mundial reagrupou dez Políticas Operacionais como políticas específicas de salvaguarda – seis políticas ambientais, duas sociais e duas jurídicas³ – e instituiu procedimentos administrativos em apoio ao cumprimento das políticas de salvaguarda durante a elaboração e execução de projetos. As políticas foram concebidas para ajudar o Banco a tratar das questões sociais e ambientais resultantes principalmente de projetos de Empréstimos para Investimento que financiavam bens, obras e serviços em uma ampla gama de setores, que constituíam a principal linha de negócios do Banco Mundial na época. Ademais, aplicavam-se às atividades de assistência técnica apoiadas pelo Banco e aos Fundos Fiduciários por ele administrados. As exigências ambientais e sociais dos outros principais instrumentos de financiamento do Banco, especificamente os Empréstimos para Políticas do Desenvolvimento (EPD) e Programa Para Resultados (PforR) estão incluídas na declaração única de política operacional que rege todos os aspectos dos respectivos instrumentos.

12. ***Avaliação dos padrões e políticas de salvaguarda do Grupo Banco Mundial.*** Em 2010, mais de 20 anos após a introdução da exigência de avaliação ambiental, o *Grupo de Avaliação Independente* (IEG) do Banco Mundial fez uma avaliação de suas políticas de salvaguarda.⁴ Esse estudo mostra que as políticas de salvaguarda permitiam efetivamente evitar e atenuar impactos adversos, especialmente em projetos de alto risco. O IEG constatou também que a qualidade do trabalho de salvaguarda durante a formulação e avaliação melhorou durante o período em revisão (1999-2008). Mas o IEG identificou também a necessidade de adaptar as políticas de salvaguarda

¹ Antes da reorganização do Banco em 1987, as políticas operacionais eram encontradas principalmente em Exposições do Manual de Operações (OMS) e Notas sobre a Política de Operações (OPNs), ambas publicadas pelo Gabinete do Vice-Presidente Sênior para Operações, com autorização do Presidente.

² Diretriz Operacional 4.00, Anexo A: Avaliação Ambiental (1989).

³ OP 4.01, Avaliação Ambiental; OP 4.09, Controle de Pragas; OP 4.10, Povos Indígenas; OP 4.11, Recursos Culturais Físicos; OP 4.12, Reassentamento Involuntário; OP 4.36, Florestas; OP 4.37, Segurança de Represas; OP 7.50, Projetos em Cursos de Águas Internacionais; OP 7.60, Projetos em Zonas de Controvérsia.

⁴ “Safeguards and Sustainability in a Changing World: An Independent Evaluation of World Bank Group Experience,” <http://go.worldbank.org/ZA4YFV9OL0>.

para refletir a mudança do contexto em que o Banco Mundial opera, inclusive um ambiente para negócios em rápida transformação, novas modalidades de empréstimos e instrumentos de financiamento, bem como a evolução de melhores práticas e das necessidades dos mutuários. Além disso, recomendou um enfoque mais acentuado no uso das políticas de salvaguarda para apoiar o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável e avaliar uma gama mais ampla de riscos e impactos sociais em potencial.

13. **Registro de ações da direção.** Em julho de 2010, a Direção Executiva do Banco discutiu a avaliação do IEG e endossou o Registro de Ação da Direção,⁵ em que esta se comprometia a realizar uma atualização e consolidação abrangente das políticas de salvaguarda do Banco. A Direção respondeu às constatações e recomendações do IEG, inclusive a necessidade de um foco mais acentuado no uso de políticas de salvaguarda em apoio ao desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável; maior ênfase na avaliação de uma gama mais ampla de riscos e impactos sociais em potencial; melhorias na supervisão; e abordagens mais eficientes e eficazes nos relatórios de monitoramento, avaliação e conclusão, incluindo o melhor uso de indicadores.

14. **Avanços desde o estudo do IEG.** Desde a conclusão do estudo IEG, a Administração tem realizado uma quantidade significativa de trabalho, incluindo a construção de um consenso interno para este processo de avaliação e atualização. Ao mesmo tempo, como parte dos esforços gerais de modernização, a Administração vem desenvolvendo uma série de processos significativos de reforma, tais como os empréstimos de investimento e reformas de aquisição, juntamente com o Programa para Resultados e avanços nos mecanismos de queixa, todos que têm levado mais tempo do que o previsto. Com essas reformas agora concluídas ou em andamento, a Administração está empenhada em avançar com a revisão e atualização das salvaguardas, de acordo com as recomendações do estudo do IEG.

15. **O estudo IEG e a revisão e atualização das salvaguardas.** Além de avançar na implementação dos compromissos assumidos no Registro de Ação de Gestão, os resultados da avaliação do IEG representam um recurso valioso e ponto de referência para a revisão e atualização das salvaguardas. Primeiro, o estudo relaciona a importância de aumentar a cobertura social com questões específicas emergentes, como os impactos da comunidade e gênero na saúde e segurança. Segundo, o estudo defende a melhoria da utilização dos sistemas nacionais através da revisão da abordagem utilizada até hoje na avaliação de sistemas e na maior ênfase no fortalecimento das instituições nacionais. Terceiro, o estudo prevê a inclusão de medidas para reforçar a abordagem utilizada para a concepção e implementação de projetos que fazem uso de Sistemas de Gestão Ambiental e Social para melhorar a sua eficácia. Finalmente, o estudo IEG defende a melhoria dos sistemas e instrumentos de responsabilização e reparação de reclamações. A Administração irá garantir que os resultados do estudo da IEG sejam destacados no processo de revisão e atualização das políticas de salvaguarda.

⁵ Management Response /Management Action Record, <http://go.worldbank.org/ZA4YFV9OL0>.

II. RAZÕES DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

16. *Uma confluência de fatores.* O Banco reconhece a confluência de fatores internos e externos que torna oportuna a revisão e atualização das políticas de salvaguarda. A Direção assinala que é imperativo para o desenvolvimento produzir resultados ambiental e socialmente sustentáveis; fazer maior uso e fortalecer as instituições e sistemas nacionais dos países; atender os desafios emergentes no nível dos bens comuns globais, regionais e nacionais; e adaptar-se às mudanças nas operações do Banco. A Direção está consciente também dos avanços realizados nas práticas regionais e internacionais de abordar problemas sociais e ambientais, bem como da emergência de políticas de sustentabilidade dentro da comunidade internacional. O Banco tem grande interesse em promover o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável juntamente com seus países clientes, agências parceiras de desenvolvimento, instituições cooperantes, cidadãos, como um bem público global.

17. *Mudança no perfil dos mutuários.* O perfil dos mutuários do Banco hoje em dia é muito mais diversificado do que era quando foram inicialmente formuladas as políticas de salvaguarda. Os mutuários atuais do Banco vão desde países de renda média, com instituições e capacidades bem desenvolvidas, até países de baixa renda, com governança e instituições mais frágeis, até estados frágeis e afetados por conflitos, onde há a necessidade de intervenções mais focalizadas e coordenadas. Dentro desse perfil diversificado, existem países com garantias constitucionais e/ou legislação avançada destinadas a proteger seus habitantes e o ambiente natural, e países em que a capacidade técnica e institucional para lidar com problemas sociais e ambientais ainda está em evolução. Ademais, agências reguladoras em uma ampla gama de países estão experimentando com incentivos, modelos econômicos e mecanismos participativos, além dos métodos prescritivos já em uso para tratar de riscos e impactos sociais e ambientais. *

18. Com o tempo, essas mudanças trouxeram uma evolução na maneira em que os países em desenvolvimento abordam a ajuda internacional. No âmbito dos esforços para aumentar a eficácia da ajuda e a harmonização dos países em desenvolvimento, deu-se uma ênfase maior ao alinhamento e harmonização de enfoques à sustentabilidade social e ambiental, bem como aos instrumentos dos sistemas nacionais, conforme evidenciado na Declaração de Paris (2005)⁶ e na Agenda de Acra para Ação (2008),⁷ e reforçado no Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, em Busan (2011).⁸ O Banco respondeu também aos variáveis desafios da sustentabilidade social e ambiental fazendo uso do programa piloto sobre Uso de Sistemas Nacionais (UCS).⁹

⁶ Ver o website sobre efetividade da ajuda, <http://www.oecd.org/dac/aideffectiveness/>. A Declaração de Paris, adotada em 2 de março de 2005, é um acordo internacional ao qual aderiram mais de cem ministros, chefes de agências e outros altos funcionários, com a promessa de que seus países e organizações continuariam aumentando os esforços para harmonização, alinhamento e gestão da ajuda visando resultados, com um conjunto de ações e indicadores monitorizáveis.

⁷ A Agenda de Ação de Acra foi redigida em 2008 e toma por base os compromissos acordados na Declaração de Paris.

⁸ <http://www.aideffectiveness.org/busanhlf4/>.

⁹ Ver o website do Banco para Uso de Sistemas Nacionais, <http://go.worldbank.org/RHRJVXDW60>.

Esse enfoque baseia-se nas instituições e no ordenamento jurídico já existente nos países para tratar de questões abrangidas pelas políticas de salvaguarda na elaboração e execução de projetos, quando o Banco determina serem equivalentes em sua cobertura e aceitáveis em sua implementação. Os programas piloto, inicialmente concentrados em projetos isolados, foram posteriormente ampliados para programas setoriais, e hoje o Banco dispõe de uma robusta metodologia para revisão de sistemas. A experiência do Banco com esses programas piloto, juntamente com a experiência do Banco Asiático de Desenvolvimento com sistemas nacionais, informa o pensamento do Banco sobre a forma como ajudar os países a fortalecer suas instituições e sistemas nacionais de salvaguardas.

19. ***Um cenário externo em transformação.*** Nas duas últimas décadas, cresceu pouco a pouco a consciência sobre o valor e a vulnerabilidade dos bens globais comuns, inclusive a atmosfera e os oceanos, e de bens públicos globais como a biodiversidade. Embora tenha havido avanços a nível nacional, os formuladores de políticas e tomadores de decisões continuam lidando com problemas sociais e ambientais a nível internacional ou regional, enfrentando desafios de como incorporar fatores sociais e ambientais nas ações e decisões coletivas. A mudança climática, em particular, está tendo impactos cada vez mais negativos no desenvolvimento, contribuindo para padrões meteorológicos voláteis e maior frequência de catástrofes naturais, como inundações e secas. Esses impactos, por sua vez, afetam a volatilidade dos mercados de alimentos e ameaçam os que já se encontram marginalizados ou vulneráveis. Problemas associados com a terra, os recursos naturais e os ecossistemas; a urbanização, a migração forçada ou econômica, a marginalização e a desigualdade; as crises de alimentos e energia são apenas alguns exemplos destacados de problemas que hoje exigem atenção em projetos e programas do Banco. Esses desafios suscitam um risco significativo para o desenvolvimento nos próximos decênios. Uma consideração desses importantes riscos para o desenvolvimento informará o processo de revisão e atualização.

20. ***Mudança nas operações do Banco.*** Na última década, houve uma mudança significativa nos tipos de projetos e programas financiados pelo Banco, assim como na variedade de seus instrumentos de financiamento. Hoje, o Banco oferece a seus governos mutuários Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento (DPLs) (2004) e Empréstimos para Programa para Resultados (PFORR) (2012), além de Empréstimos para Investimento. Estes últimos permanecem no centro das operações do Banco: nos três últimos anos, operações de investimento perfizeram 82% dos projetos do Banco e 66% de seus compromissos financeiros. Ao mesmo tempo, os governos hoje usam empréstimos para investimento de uma ampla variedade de formas. Além da compra de ativos sólidos, como infraestrutura, os empréstimos para investimento financiam a o desenvolvimento institucional, o desenvolvimento social e o fortalecimento de políticas públicas para atrair capital privado. Atualmente, os procedimentos referentes a Empréstimos para Investimento estão sendo revistos, para proporcionar aos governos flexibilidade de adaptação a diferentes condições, tempo de resposta mais rápido e melhores

resultados de desenvolvimento.¹⁰ Assim também, exposições referentes à Política de Operações que rege os instrumentos de financiamento DPL e PforR incluem disposições específicas concernentes a aspectos ambientais e sociais. Essas exposições estão incluídas nas revisões periódicas da experiência de implementação de tais instrumentos. A revisão das políticas de salvaguarda para Empréstimos para Investimento procurará responder às mudanças acima assinaladas nas operações do Banco, reconhecendo que todos os seus instrumentos de financiamento apoiam resultados ambiental e socialmente sustentáveis.

21. ***O crescente papel do setor privado.*** O papel do setor privado também tem evoluído nas duas últimas décadas, O setor privado está, cada vez mais, fazendo investimentos na forma de parcerias público-privadas que beneficiam o desenvolvimento em diversos setores. Por isso, o setor privado é importante cliente e parceiro em projetos de desenvolvimento apoiados pelo Grupo do Banco. Em 2006, a IFC converteu suas políticas de salvaguarda em Padrões de Desempenho destinados a ajudar a Corporação e seus clientes a controlar riscos e obter resultados sustentáveis. Essa transformação passou a ênfase de medidas prescritivas para um enfoque explícito nos sistemas de gestão dos riscos sociais e ambientais dos países. Esses Padrões de Desempenho foram adotados por uma massa crítica de instituições financeiras internacionais envolvidas em projetos do setor privado e vêm sendo aplicados pela MIGA desde 2007. A partir do exercício financeiro de 2013, o Banco aplicará os Padrões de Desempenho também no financiamento ou apoio de projetos do setor privado em parcerias público-privadas em infraestrutura e setores correlatos.¹¹ Embora o setor público e o Banco Mundial tenham papéis e responsabilidades diferentes das da IFC e do setor privado, o processo de revisão e atualização pode beneficiar-se da avaliação do valor e do grau de alinhamento do enfoque do Banco à sustentabilidade social e ambiental com a Política de Sustentabilidade e os Padrões de Desempenho da IFC e com as outras iniciativas que se referem a eles.

III. OBJETIVOS DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

22. ***Principal objetivo.*** O principal objetivo da revisão é fortalecer a eficácia das políticas de salvaguarda para contribuir para com os resultados de desenvolvimento das operações do Banco. A revisão prevê uma nova política integrada que articulará os objetivos, definirá as políticas operacionais para atingi-las e descreverá os processos mediante os quais serão implementadas as políticas. A revisão e atualização tomarão por base os princípios básicos existentes das políticas de salvaguarda; esclarecerá os objetivos e resultados desejados; fará distinção entre política, princípios e procedimentos; melhorará a sinergia entre políticas; consolidará políticas fragmentadas ou repetitivas; e agilizará as orientações técnicas. Ademais, a nova política claramente delineará os papéis e responsabilidades complementares porem distintos do Banco e dos governos mutuários. Finalmente, a política irá incluir sistemas e ferramentas para a

¹⁰ Ver o website da Reforma do Financiamento de Investimentos: <http://go.worldbank.org/QE64AT0D50>.

¹¹ *Proposed Adoption and Application of World Bank Performance Standards for Private Sector Projects Supported by IBRD/IDA* (R2012-0130).

implementação diária de políticas pelo Banco e governos. A abordagem reflete iniciativas similares realizadas pelo IFC, outros bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), incluindo ADB, BERD, e BID, bem como outros atores nos últimos anos, que têm incorporado novas características, tais como os princípios gerais, definição clara de funções e responsabilidades entre o credor e o devedor, e consideração de questões ambientais e sociais de uma maneira mais integrada.

23. Da perspectiva da eficácia operacional e social do Banco, o processo de revisão e atualização procura capacitá-lo a atingir os seguintes objetivos: renovação de sua parceria com os governos; ajuda na abordagem dos riscos sociais e ambientais da próxima década; aumento da eficácia, eficiência e oportunidade; e obtenção da harmonização, coerência e alinhamento de políticas.

21. ***Renovação da parceria com os mutuários.*** O Banco procura renovar a parceria com seus governos mutuários com base no compromisso comum com a sustentabilidade social e ambiental resultante de projetos e programas por ele apoiados, com responsabilidades mais transparentes sobre o papel desempenhado por cada parceiro. Uma parceria dessa natureza daria maior força ao aumento da capacidade de muitos governos na identificação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais, a fim de reforçar o impacto social. Quando um governo não tiver capacidade, o Banco poderá oferecer programas de capacitação e fortalecimento institucionais dimensionados para fortalecer as instituições e sistemas governamentais. Esse enfoque é coerente com as tendências da comunidade internacional de desenvolvimento, de passar para um modelo de colaboração e de facilitação entre as instituições financiadoras e os governos. Embora tal mudança seja complexa e não possa ser efetivada somente por meio de revisões de política, uma política integrada poderia: (a) forjar uma visão comum de resultados de sustentabilidade social e ambiental, e articular os valores que estão na base das operações do Banco; (b) fortalecer ainda mais os vínculos entre instituições nacionais e o Banco e ajudar os países a fortalecer a sustentabilidade social e ambiental; e (c) ajudar o Banco a projetar e fornecer conhecimento e programas de capacitação e fortalecimento institucionais mais condizentes com a capacidade dos países.

25. ***Ajuda para controlar riscos sociais e ambientais da próxima década.*** Uma política integrada poderia informar de que forma os riscos e impactos sociais e ambientais emergentes poderiam ser avaliados e geridos. Tais problemas incluem, entre outros, a mudança climática, a perda de biodiversidade, a acidificação dos oceanos, migração econômica e forçada, e epidemias. Alguns desses desafios podem ser de natureza global; outros podem ter caráter regional ou específico a um país. Uma nova política integrada poderia oferecer ao Banco, governos e a agências de cooperação internacional uma metodologia atualizada para atender aos impactos e riscos gerais e específicos associados a esses desafios novos e contínuos. Ademais, poderia refletir aspectos adequados da abordagem de avaliação e gestão de riscos sociais e ambientais que não estejam contidos nas políticas de salvaguarda atuais, mas que foram utilizados com êxito

por instituições públicas e privadas ou que são geralmente reconhecidos como boas práticas internacionais nas áreas de avaliação e gestão de riscos sociais e ambientais.

26. ***Maior eficácia, eficiência e agilidade.*** Uma política integrada procuraria melhorar a qualidade e a rapidez do processo decisório e do controle de riscos, articular os papéis e responsabilidades dos atores envolvidos e aprimorar o monitoramento e supervisão. Mais especificamente, poderia levar a diversos benefícios operacionais:

- *Fortalecimento da orientação para resultados* – promover uma ênfase maior nos resultados desejados de desenvolvimento sustentável, juntamente com instrumentos de medição, como indicadores, a fim de ajudar as equipes de supervisão a se concentrarem nos resultados do projeto.
- *Maior clareza quanto aos papéis e responsabilidades do Banco e do governo* – diferenciar os papéis e responsabilidades distintos, porém complementares do Banco e do governo mutuário, bem com de outros atores relevantes, como outras agências de financiamento, para atender à sustentabilidade social e ambiental durante todo o ciclo do programa ou projeto.
- *Fortalecimento da gestão de riscos* – uma mudança medida para a atenuação e gestão de riscos durante toda a vida de um projeto, em proporção às dimensões desses riscos. O Banco poderia intensificar o uso de um enfoque baseado em riscos para a gestão de sua carteira, com indicadores de risco monitorizáveis e mensuráveis, para que o processo decisório possa ser informado por tolerâncias predeterminadas aos riscos. Essa mudança para a gestão de riscos por toda a duração de uma operação ajudaria o Banco a melhorar os resultados da sustentabilidade. Além disso, capacitaria as equipes de supervisão a aferir com maior precisão os custos de atender os objetivos e exigências do projeto ou programa. Trata-se de uma tarefa complexa, que exigiria também um alinhamento de incentivos internos que valorize igualmente a elaboração e a implementação do projeto.

27. ***Harmonização, coerência e alinhamento de políticas.*** O processo de revisão e atualização considerará os benefícios da harmonização de políticas e da coerência com aspectos relevantes de outras políticas de sustentabilidade e boas práticas globais reconhecidas. A revisão e atualização tomará nota de recentes atualizações de salvaguarda realizadas por outros BMD, particularmente os que lidam com atores dos setores público e privado. No âmbito do Grupo Banco Mundial, a revisão e atualização será informada pela aplicação pelo Banco dos Padrões de Desempenho a projetos do setor privado que contem com financiamento ou apoio do Banco. Além disso, o processo levará em conta abordagens ao desenvolvimento sustentável em implementação por outros, inclusive iniciativas dos setores público e privado que fazem referência aos Padrões de Desempenho (como, por exemplo, os Princípios do Equador, o Enfoque Comum da OCDE para agências de crédito de exportação e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento Europeias), agências pertinentes da ONU, outros BMD, agências bilaterais de desenvolvimento e outros governos.

28. **Maior transparência nas operações do Banco.** Finalmente, a Gerência do Banco reconhece que este processo de revisão e atualização está ocorrendo num momento de maior transparência em todos os aspectos operacionais do Banco. Esta política de transparência deverá fortalecer este processo de revisão e atualização para que ele atinja seus objetivos declarados de formular uma política mais integrada.

IV. ÂMBITO DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

29. **Âmbito geral.** Como se descreveu no parágrafo 19, a revisão e atualização prevê uma nova política integrada que articulará de que forma todos os instrumentos do Banco poderão alcançar melhores resultados no desenvolvimento. Dentro dessa política, as propostas de revisão de políticas concentrar-se-ão na aplicação das políticas de salvaguarda aos Empréstimos para Investimento, face à importância desse instrumento para o Banco e seus mutuários. Tendo em mente esse enfoque, o conteúdo básico da política para revisão e atualização é o seguinte conjunto de políticas de salvaguarda:

- Oito políticas de salvaguardas sociais e ambientais (ver o Quadro 1, abaixo);
- A Política sobre o Uso-Piloto dos Sistemas Nacionais para Salvaguardas Sociais e Ambientais (“Uso de Sistemas Nacionais”), OP 4.00.

Quadro 1: As Políticas Básicas de Salvaguarda Socioambiental

- | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|
| • OP 4.1, Avaliação Ambiental | OP 4.11, Recursos Culturais Físicos |
| • OP 4.04, Habitats Naturais | OP 4.12, Reassentamento Involuntário |
| • OP 4.09, Controle de Pragas | OP 4.36, Florestas |
| • OP 4.10, Povos Indígenas | OP 4.37, Segurança de Represas |

30. A OP 7.50, Projetos em Cursos de Águas Internacionais, está passando por um processo de revisão. Terminado esse processo, o Banco considerará a situação da política com relação ao processo de revisão e atualização. A OP 7.60, Projetos em Zonas de Controvérsia, não fará parte deste processo.

31. Além disso, o Banco poderá revisar outras Políticas Operacionais pertinentes, como, por exemplo, algumas das Políticas Operacionais restantes na série OP 4, bem como antigas Políticas Operacionais. Neste processo de revisão e atualização, o Banco não revisará a BP 17.55, Painel de Inspeção.

32. **Instituições e sistemas dos países.** O Banco buscará obter opiniões e sugestões de seus mutuários sobre qual seria a melhor maneira de apoiar e fortalecer as instituições e sistemas

nacionais para produzir resultados mensuráveis. Começando já na primeira fase de consultas (ver adiante) e durante todo o período de revisão e atualização, o Banco organizará reuniões com os gabinetes dos Diretores Executivos e com os representantes dos governos nos países e agências de cooperação pertinentes, buscando suas opiniões e sugestões.

33. ***O tratamento de questões sociais.*** A revisão considerará maneiras em que uma política integrada poderia assegurar melhor um tratamento abrangente dos riscos e oportunidades sociais e ambientais, dentro de um processo integrado de avaliação que complementaria o uso continuado de processos específicos para projetos que envolvem reassentamento involuntário ou Povos Indígenas. Serão também revistas a divulgação de informações, as consultas, a participação atual da comunidade e das partes interessadas, a prevenção e resolução de controvérsias e a gestão de reclamações em nível de projeto ou programa.

34. ***O tratamento dos problemas abrangidos pelos Padrões de Desempenho da IFC.*** Em suas versões dos Padrões de Desempenho de 2006 e 2012, a IFC incluiu diversas novas áreas de cobertura.¹² Trata-se de áreas de risco que a IFC identificou como de ocorrência frequente em projetos internacionais, exigindo por isso uma revisão no processo de avaliação e supervisão de projetos da IFC. A experiência da Corporação indica que a consideração desses problemas possibilita investimentos em contextos de alto risco. Embora o tratamento desses riscos pela IFC seja formulado para o seu modelo de negócios voltado para o setor privado, seria informativa para o Banco a consideração de tais áreas de risco no presente processo de revisão.

35. ***Consideração de áreas emergentes.*** Alguns atores solicitaram que o Banco considerasse no processo de revisão e atualização, diversas áreas que não são abordadas no conjunto atual de políticas de salvaguarda. Incluem-se entre elas direitos humanos, saúde e segurança trabalhista e ocupacional, gênero, deficiência, consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas, posse da terra e recursos naturais, e mudança climática. O exame dessas áreas, e a consideração sobre a possibilidade delas serem ou não consideradas pelo Banco fará parte do processo de revisão. O Banco estabelecerá um diálogo interno sobre essas áreas, seguido de consultas com atores e especialistas externos.

36. ***Análises das lições aprendidas.*** O trabalho analítico do Banco e suas revisões passadas e correntes, bem como as lições aprendidas de avaliações e revisões anteriores de cumprimento, informarão o processo de revisão e atualização. Nestes últimos meses, o Banco participou de discussões com seus parceiros em agências multilaterais e bilaterais para identificar as lições aprendidas e inovações em sua aplicação de políticas sociais e ambientais. Seria instrutivo considerar a experiência da aplicação pela IFC da Política de Sustentabilidade especificamente planejada para projetos do setor privado, bem como as abordagens adotadas por alguns BMD que desenvolveram políticas de salvaguarda para atender a necessidades de projetos tanto do setor público como do privado.

¹² Para uma comparação detalhada das políticas de salvaguarda em relação aos Padrões de Desempenho de 2012, favor visitar o site www.ifc.org/sustainability.

37. **Consideração de opções de políticas normativas e não normativas.** Embora o Banco possa se envolver num processo de investigação nas áreas descritas nos parágrafos anteriores, há diversas maneiras possíveis de abordá-las, e nem todas podem ser adequadamente expressas na forma de uma política de salvaguarda. Outras possíveis opções disponíveis incluem a abordagem de problemas como parte dos princípios, dos procedimentos ou da orientação, numa política integrada ou por meio de outras intervenções do Banco, tais como trabalho analítico inicial, diálogo sobre políticas, discussão da Estratégia de Parceria para o País, programas globais ou regionais, ou construção de uma plataforma de ação com parceiros externos. Cabe assinalar também que, como o Banco deve trabalhar dentro dos parâmetros de seu mandato e de seu modelo de negócios, pode não ser possível ou adequado abordar todas as áreas que puderem ser identificadas ou consideradas durante o curso da revisão e atualização. Ademais, todas as propostas de política serão examinadas para determinar sua compatibilidade com o mandato estabelecido no Convênio Constitutivo do Banco.

V. AÇÕES COMPLEMENTARES DA DIREÇÃO: FORTALECIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO, SUPERVISÃO, MONITORAMENTO E NOTIFICAÇÃO

38. O processo de revisão e atualização oferece a oportunidade de realizar, paralelamente, diversas ações complementares da Direção, para melhorar a aplicação, implementação, supervisão, monitoramento, notificação e avaliação de atividades no âmbito das atuais políticas de salvaguarda. Algumas dessas ações já foram indicadas no Registro de Ação da Direção, em resposta à avaliação do IEG, e estão sendo implementadas. Outras mudanças complementares e mudanças de orientação que não envolvem necessariamente alterações de política estão sendo atualmente identificadas, visando melhorar a qualidade dos projetos por meio tanto da preparação inicial como da supervisão posterior. Além disso, a Direção está considerando meios de transformar a cultura de aprovação do Banco em uma metodologia que dê ênfase à implementação, à qualidade e aos resultados. Essas ações, por sua vez, informarão o processo de revisão e atualização e também ajudarão o pessoal e a Direção do Banco a se preparar para uma transição ordenada para uma nova política integrada.

VI. OPORTUNIDADES E RISCOS

39. **Oportunidades.** Um processo de revisão e atualização bem sucedido poderá trazer múltiplos benefícios ao Banco, seus acionistas e atores internos e externos: (i) levando a melhores resultados sociais e ambientais; (ii) fortalecendo os sistemas e instituições dos países; e (iii) melhorando a cobertura de riscos sociais e ambientais. Uma política integrada poderia efetivamente se converter num bem público global, servindo como efetivo ponto de referência da direção para outros BMD e outras instituições financeiras internacionais que trabalham com o setor público. Isso poderia resultar em uma melhor gestão dos impactos e riscos sociais e ambientais negativos e no fortalecimento de impactos positivos mensuráveis na sustentabilidade sociais e ambiental, na eficácia no desenvolvimento e na eficiência das operações.

40. **Riscos.** As políticas de salvaguarda estão entre as Políticas Operacionais mais visíveis do Banco. São complexas por natureza e atraem um forte interesse de um grupo grande e diversificado de atores interessados. Foram formuladas com o passar do tempo e representam a aprendizagem atual e a adaptação pelo Banco da gestão de riscos sociais e ambientais. Embora represente uma valiosa e conveniente oportunidade para desenvolver as políticas de salvaguarda, o processo de revisão e atualização traz desafios em múltiplos níveis. Toda alteração proposta da redação atual das políticas de salvaguarda pode ser interpretada por alguns como um enfraquecimento das exigências atuais. As vozes múltiplas e, por vezes, conflitantes que alegam representar os valores dos atores interessados podem levar a um debate polarizado e dificultar um consenso. O Banco procurará atingir o equilíbrio certo, orientado por seu mandato, seus objetivos gerais de desenvolvimento e considerações pertinentes a implementação.

VII. O PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO E A CONSULTA

Atores Interessados

41. **Reconhecimento de uma ampla gama de atores interessados.** O Banco procura obter a participação e opiniões de múltiplos atores ao longo do processo de revisão e atualização. Para tanto, entrará em contato com os governos e com atores internos e externos, buscando suas opiniões e contribuições. Ao estabelecer um diálogo com uma ampla gama de atores interessados, o processo de consulta visará também construir a base para um diálogo entre o Banco e seus acionistas, para que a implementação da nova política integrada possa continuar a beneficiar-se de perspectivas diversificadas, para além desta revisão e atualização.

42. **Consultas com governos acionistas.** Um dos aspectos centrais do processo de revisão e atualização será a diversidade de experiências, perspectivas, conhecimentos, e expectativas de seus governos acionistas. A Direção buscará recomendações dos Diretores Executivos sobre como melhor organizar consultas nos países com os governos acionistas, buscando entender suas experiências, opiniões e prioridades no nível nacional e subnacional. No caso de países doadores, as discussões abrangerão seus interesses e disposição para formular e oferecer assistência direcionada com vistas a facilitar o fortalecimento institucional e a formação de capacidade nos países.

43. **Consultas com atores internos.** A Direção e o pessoal do Banco têm duas décadas de experiência na aplicação e implementação de políticas de salvaguarda. O processo de revisão e atualização será plenamente beneficiado por essa experiência. Nesse sentido, serão realizadas consultas internas com staff do Banco tanto nos escritórios locais nos países como na sede em Washington. Essas consultas darão ao pessoal do Banco a oportunidade de discutir e compartilhar seus pontos de vista sobre a maneira de melhorar o desenho e implementação das atuais políticas de salvaguarda e como passar a uma política integrada. As consultas, que serão tanto virtuais como frente a frente, tomarão diversas formas, tais como fóruns abertos, reuniões técnicas, grupos de referência e videoconferências.

44. **Consultas com atores externos.** O processo de consulta buscará obter os pontos de vista de um grupo amplo e diversificado de atores externos. O engajamento com atores e setores representativos incluirá, mas não limitado, ao seguinte: (a) representantes dos governos; (b) agências da ONU; (c) agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento; (d) representantes do setor privado; (e) organizações e fundações voltadas para a cooperação internacional; (f) instituições acadêmicas e de pesquisa aplicada; (g) organizações e associações profissionais; (h) sindicatos; (i) representantes de Povos Indígenas; (j) líderes e representantes, por amostragem, de comunidades afetadas por operações do Banco; e (k) organizações da sociedade civil a nível internacional, nacional e local voltadas para políticas públicas ou prestação de serviços. O *feedback* de comunidades diretamente afetadas por projetos financiados pelo Banco Mundial e na qual foram aplicadas as políticas de salvaguarda, será especialmente importante. O Banco irá realizar reuniões com grupos de referência procedentes de comunidades de várias localidades geográficas que enfrentaram questões sociais e / ou ambientais durante o desenho ou implementação de projetos financiados pelo Banco (incluindo aquelas comunidades que já foram entrevistados pelo Banco, bem como aquelas que não foram).

O Processo Geral

41. **Três fases do processo de revisão e atualização.** Na concepção da Direção, o processo geral de revisão e atualização das políticas levará 24 meses e consistirá de três fases importantes. A revisão em três etapas será apoiada por um processo global de consulta a múltiplos atores, buscando obter informações da maneira mais ampla e abrangente possível. A tabela abaixo destaca atividades-chave do processo em três fases (haverá detalhes adicionais no plano de consulta e comunicação, a ser publicado simultaneamente com este documento):

<i>Duração</i>	<i>Fase</i>	<i>Descrição</i>
julho de 2012 – abril de 2013	Fase 1: Revisão Global	<p>A Fase 1 incluirá as seguintes <i>ações simultâneas</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma revisão global de boas práticas / lições aprendidas • elaboração e apresentação deste Documento de Enfoque ao CODE (Comitê sobre Eficácia no Desenvolvimento) • consultas iniciais com governos a atores internos • consultas externas buscando opiniões sobre oportunidades, orientações emergentes e opções para informar a redação de uma política integrada; por um período de quatro meses, a partir da divulgação pública deste Documento de Enfoque • reuniões de especialistas sobre questões emergentes • elaboração da versão inicial de uma política integrada, incorporando os objetivos do processo de revisão e atualização e levando em conta as informações recebidas dos diversos atores
maio de 2013 – novembro de 2013	Fase 2: Versão inicial da Política integrada	<p>A fase 2 incluirá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • relatório ao CODE sobre os resultados das atividades da Fase 1 e apresentação de uma versão inicial de política integrada • consultas externas buscando <i>feedback</i> sobre a versão inicial de política integrada, por um período de três meses

Dezembro de
2013 – junho de
2014

**Fase 3: Política
integrada Final e
Recomendações sobre
Políticas**

- preparação de uma versão de política integrada que leve em conta opiniões recebidas dos interessados

A fase 3 incluirá:

- relatório ao CODE sobre os resultados das atividades da Fase 2 e apresentação da segunda versão da política integrada
- consultas externas em busca de *feedback* sobre a segunda versão de política integrada; por um período de três meses
- preparação da política integrada final, que leve em conta opiniões recebidas dos múltiplos atores
- Relatório à Diretoria Executiva sobre o resultado das consultas sobre a segunda versão da política integrada e apresentação das recomendações sobre política, para aprovação.

46. **Processo em três fases com três períodos de consulta.** Em cada uma das três fases do processo de revisão e atualização haverá um período de consulta pública. Após o endosso do CODE deste Documento de Abordagem, a período de consulta da Fase 1 será lançado. Posteriormente, a Direção do Banco irá discutir as várias versões preliminares da nova política com CODE antes do início das consultas para as fases 2 e 3, e antes de tornar público qualquer destas versões dos documentos.

- **Fase 1.** Este Documento de Enfoque e algumas perguntas para consulta inicial serão postados no site de consultas, para comentários. O Banco iniciará seu engajamento com governos e atores internos em busca de consenso sobre a maneira de abordar o processo de revisão e atualização. Durante esse período, o Banco, após consultas internas, promoverá uma série de diálogos com especialistas selecionados sobre as possíveis novas áreas, buscando informar a análise e configuração da elaboração da primeira versão da política integrada. Ademais, haverá reuniões específicas com diversos atores, inclusive com comunidades afetadas por projetos.
- **Fase 2.** As consultas desta fase concentrar-se-ão no pedido de *feedback* sobre a versão inicial da política integrada. O Banco organizará reuniões e vídeo conferências para facilitar a participação do maior número possível de países. Reuniões com grupos de referência para comunidades afetadas por projetos continuaram neste período; e os atores interessados poderão também fazer comentários on-line através do site. Haverá, além disso, uma série de consultas online sobre temas específicos para suscitar *feedback* sobre questões específicas.
- **Fase 3.** Durante a terceira e última fase, as consultas serão feitas principalmente on-line, realizando-se, caso necessário, reuniões específicas.

47. **Site para consultas.** Será lançado um site dedicado ao processo de consultas, para oferecer uma plataforma para a divulgação de informações sobre o processo de consulta, a publicação de documentos, a realização de discussões on-line e a divulgação de documentos para subsidiar as contribuições dos diversos atores interessados no processo de consulta. O site

incluirá um mecanismo para receber documentos escritos on-line (usando um questionário de pesquisa que pode ser também impresso ou transmitido por fax ou pelo correio). Todos os comentários recebidos nessas três diferentes modalidades serão resumidos e compartilhados através do site para consulta e postados na Internet em forma contínua durante todas as três fases do processo de consulta.

48. **Idiomas das consultas.** Os documentos da consulta (p. ex., o Documento de Enfoque, o plano de consulta e comunicação e a primeiras e segundas versões da política integrada) estarão disponíveis em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, português e russo.

VIII. PESSOAL E GESTÃO

49. **Pessoal e gestão do processo.** O processo de revisão e atualização das políticas de salvaguarda será realizado por uma equipe formada pelo OPCS, SDN e LEG, com participação da EXT e das Regiões. O Departamento de Gestão de Riscos de Operações (OPSOR) coordenará o trabalho do grupo. A equipe conjunta aproveitará os conhecimentos e a experiência de outros departamentos, quando relevantes. A equipe trabalhará também em estreita colaboração com a IFC e a MIGA, e buscará insumos do LEG, entre outros atores internos. Durante todo o processo, a Direção do Banco trabalhará com os Diretores Executivos, por intermédio do CODE, e fará apresentações regulares para que o processo possa se beneficiar dos pontos de vista da Direção.

IX. OS PASSOS SEGUINTES

50. **Lançamento das atividades de consulta da Fase 1.** Após a discussão com o CODE, a Direção do Banco lançará a primeira fase das atividades de consulta. Este documento será traduzido e divulgado publicamente para comentários, após a discussão com o CODE, durante um período de quatro meses. O documento poderá ser acessado em <http://www.worldbank.org/safeguardsconsultations>. Esse site estará disponível ao vivo logo após a discussão com o CODE. O plano de comunicação e consulta será também disponibilizado on-line. Caso desejem apresentar perguntas e comentários sobre este documento, ou sobre qualquer questão relacionada com o processo de revisão e atualização, os interessados externos poderão fazer isso usando um endereço eletrônico próprio: safeguardconsult@worldbank.org. Juntamente com este Documento de Enfoque, será incluído on-line um conjunto de questões norteadoras. Os interessados poderão usar o software para consulta, disponível no site de consultas para dar suas respostas.

Anexo A: Processo de Consulta da Fase 1

Durante a primeira fase de consultas externas, o Banco irá procurar *feedback* e comentários sobre o Documento de Enfoque, incluindo as seguintes áreas que serão úteis para elaborar a política integrada de salvaguardas:

- aspectos das políticas de salvaguardas ambientais e sociais que o Banco pode aprimorar para assegurar que estas políticas continuam a ser uma ferramenta eficaz e eficiente para promover o desenvolvimento sustentável e aferir resultados locais;
- questões e desafios enfrentados durante a aplicação de políticas de salvaguarda;
- princípios básicos que podem promover o desenvolvimento sustentável e que o Banco deve considerar, incluindo aqueles que já são refletidos nas políticas de salvaguarda atuais;
- exemplos de políticas de sustentabilidade ambiental e social que o Banco deve considerar durante o processo de revisão;
- fatores adicionais que o Banco deve considerar além dos aspectos internos e externos já descritos no Documento de Enfoque;
- recomendações relacionadas com qualquer uma das áreas emergentes descritas no documento (tal como, deficiência; trabalho e saúde ocupacional e segurança, direitos humanos, política agrária e de recursos naturais; consentimento livre, prévio e informado dos Povos Indígenas, gênero, e mudanças climáticas);
- exemplos de avaliação ambiental e social, e metodologias de gestão de risco (utilizada por qualquer instituição pública ou privada) que não estão refletidos nas políticas de salvaguarda atuais, mas que devem ser consideradas no âmbito da revisão;
- aspectos do estudo IEG 2010 sobre as políticas de salvaguarda e as recomendações que são particularmente importantes para o processo de revisão e atualização;
- recomendações para ajudar o Banco a renovar sua parceria com governos mutuários baseada em um compromisso comum voltado para a sustentabilidade ambiental e social;
- como o Banco pode melhorar seu apoio aos esforços dos governos para fortalecer sistemas e instituições voltados para as práticas de salvaguardas ambientais e sociais buscando promover resultados locais sustentáveis.